

Fernanda Donnabella Camano

**COISA
JULGADA
SOBRE
QUESTÃO
TRIBUTÁRIA**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Camano, Fernanda Donnabella
Coisa julgada sobre questão tributária / Fernanda Donnabella Camano. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-681-8

1. Coisa julgada - Brasil 2. Direito constitucional tributário - Brasil 3. Direito tributário - Brasil I.
Título.

21-79004

CDU- 447.953:336.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Coisa julgada tributária : Direito tributário 347.953:336.2(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O INSTRUMENTALISMO DE JOHN DEWEY COMO MÉTODO PARA INVESTIGAÇÃO DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA SOBRE <i>QUESTÃO PREJUDICIAL</i>	23
2.1 O instrumentalismo de Dewey em face do consequencialismo de Neil MacCormick e do conceito instrumental do processo de Cândido Dinamarco. Muito além da distinção: uma conversação possível	28
3. O IMPACTO DO CONSTITUCIONALISMO NO CONCEITO DE JURISDIÇÃO E A EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL	33
4. A COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA ATÉ A EDIÇÃO DO CPC/2015	39
4.1 O objetivo de resolução de problema pragmático.....	45
4.2 O CPC/1939 e a doutrina de José Carlos Barbosa Moreira a respeito da configuração da <i>questão prejudicial</i> e a coisa julgada.....	46
4.2.1 A influência de Chiovenda sobre a coisa julgada e a questão prejudicial na obra de Barbosa Moreira.....	48
4.3 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal da década de 40 do século XX e a coisa julgada tributária.....	54
4.4 A Súmula/STF 239 e a sua interpretação até a edição do CPC/2015	57
4.5 A doutrina de Rubens Gomes de Sousa e sua contemporaneidade. O ataque à exigibilidade do crédito tributário com fundamento na (in)validade da regra-matriz de incidência e a proibição de relitigação em relação a idênticos causa e objeto	61
4.5.1 A causa e o objeto da obrigação tributária	63
4.5.2 A discussão sobre a questão prejudicial em matéria tributária na doutrina de Rubens Gomes de Sousa.....	65

5.	A COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL NO CPC/2015 E A SEMELHANÇA COM O COLLATERAL ESTOPPEL NORTE-AMERICANO....	69
5.1	A Seção 27 do <i>Restatement (Second) of Judgments</i> (RSJ) e o § 1.º, I a III, e § 2.º do art. 503 do CPC	73
6.	A COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL NO DIREITO TRIBUTÁRIO	81
6.1	<i>A questão prejudicial</i> da (in)validade da regra-matriz de incidência tributária.....	86
6.1.1	A (in)validade decidida expressa e incidentemente nas ações/medidas judiciais antiexacionais (§ 1.º do art. 503 do CPC)	86
6.1.2	Da resolução da (in)validade depende o julgamento do mérito (§ 1.º, I, do art. 503 do CPC)	88
6.1.3	Contraditório efetivo e os limites à produção probatória e à cognição. A (in)validade da regra-matriz de incidência tributária decidida na exceção de pré-executividade (§ 1.º, II, e § 2.º do art. 503 do CPC).....	91
6.1.3.1	A eficácia preclusiva da coisa julgada nada tem que ver com a resolução da questão prejudicial.....	93
6.1.4	A competência do juízo para decidir sobre a (in)validade da regra-matriz de incidência tributária como questão principal (§ 1.º, III, do art. 503 do CPC)	95
6.1.5	Distinção entre a vinculação da <i>ratio decidendi</i> no regime de precedente e coisa julgada sobre questão prejudicial	96
6.1.6	A coisa julgada sobre questão prejudicial em benefício de terceiros (Fisco ou contribuinte)	102
6.1.7	O equívoco de que a coisa julgada sobre a questão prejudicial da (in)validade da regra-matriz de incidência tributária é obstada pela vinculação do juiz ao pedido nas ações/medidas judiciais antiexacionais	103
6.1.7.1	A tríplice identidade como impeditiva da propositura de idênticas ações/medidas judiciais antiexacionais e a decisão sobre questão prejudicial vedatória ao ajuizamento de ações/medidas judiciais antiexacionais diversas	106
6.1.8	Os motivos da decisão nas ações/medidas judiciais antiexacionais e a distinção com a questão prejudicial.....	110

7. A COISA JULGADA SOBRE <i>QUESTÃO PREJUDICIAL</i> E OS EFEITOS DECORRENTES DAS TUTELAS PROFERIDAS NAS AÇÕES/MEDIDAS JUDICIAIS ANTIEXACIONAIS	113
7.1 A obrigação tributária e a sua (re)escritura nas ações/medidas judiciais antiexacionais	114
7.2 O ataque à <i>exigibilidade</i> do crédito tributário nas ações/medidas judiciais antiexacionais com fundamento na (in)validade da regra-matriz de incidência tributária	116
7.2.1 As ações/medidas judiciais antiexacionais e a (in)validade da regra-matriz de incidência tributária como questão prejudicial sobre a qual recai a coisa julgada.....	118
7.2.1.1 A distinção entre fundamentos da decisão, conteúdo, eficácias técnico-processual e normativa e as devidas adaptações à luz da questão prejudicial – Efeito normativo prospectivo.....	119
7.2.2 A prevenção do conflito tributário: ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária e o mandado de segurança preventivo.....	122
7.2.3 A repressão-correção do conflito tributário: ação anulatória de débito fiscal e mandado de segurança repressivo.....	124
7.2.4 A repressão-reparação do conflito tributário: ação de repetição do indébito e o mandado de segurança repressivo. As tutelas jurisdicionais condenatórias/declaratórias do exercício do direito à compensação	126
7.2.5 A defesa do executado após o inadimplemento do crédito tributário: a exceção de pré-executividade e os embargos à execução fiscal.....	130
CONCLUSÕES.....	133
REFERÊNCIAS.....	135